



Encontros Bibl: revista eletrônica de
biblioteconomia e ciência da informação

E-ISSN: 1518-2924

bibli@ced.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

RASTELI, Alessandro; CAVALCANTE, Lidia Eugenia

A competência em informação e o bibliotecário mediador da leitura em biblioteca pública
Encontros Bibl: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, vol. 18, núm. 36, enero-
abril, 2013, pp. 157-179
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14726166009>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

 redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ARTIGO

Recebido em:
07/03/2012

Aceito em:
29/01/2013

Encontros Bibl: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 18, n. 36, p. 157-180, jan./abr., 2013. ISSN 1518-2924. DOI: 10.5007/1518-2924.2013v18n36p157

A competência em informação e o bibliotecário mediador da leitura em biblioteca pública

Information competence and the librarian as a mediator of the reading process in public libraries

Alessandro RASTELI¹
Lidia Eugenia CAVALCANTE²

RESUMO

A competência em informação (*information literacy*) está no núcleo do aprendizado ao longo da vida. Seu conceito vincula-se à necessidade de se exercer o domínio sobre o sempre crescente universo informacional, abrangendo três dimensões: conhecimento, habilidades e atitudes. Como mediadores de leitura, os bibliotecários devem buscar o aprendizado contínuo e a melhoria de suas qualificações e competências, envolvendo-se e colaborando com a crescente demanda evidenciada nos diversos segmentos da sociedade, a exemplo da escola e da biblioteca pública. Na função de agente socializador da informação, o bibliotecário contribuirá no processo de aprendizagem dos indivíduos através das mais diversas formas de leituras e suportes, como também em suas práticas, ajudando o leitor a atingir nível elevado de complexidade no processo de leitura/escrita e na produção de sentido. Refletir o papel do bibliotecário como agente educacional e a biblioteca pública enquanto equipamento multicultural, pluralista e aprendente torna-se a base desta transformação, demonstrando que a biblioteca pública não é lugar de acervos estanques, mas sim um espaço de possibilidades de transformação.

PALAVRAS-CHAVE: *Information Literacy. Competência em Informação. Leitura. Mediação de Leitura. Biblioteca Pública.*

ABSTRACT

Information literacy (Information competence) is at the core of lifelong learning. Its concept conveys the need of having control over the increasing informational universe, covering three

¹ Universidade Estadual Paulista - alessandrорasteli@yahoo.com.br Universidade Federal do Ceará - lidia@ufc.br

² Universidade Federal do Ceará - lidia@ufc.br



dimensions: knowledge, skills and attitudes. As mediators of reading, librarians should seek continuous learning and improvement of their qualifications and skills, engaging and collaborating with the growing demand noticed in various segments of society, such as school and public library. In his role as a socializing agent of information, the librarian will help in the learning process of individuals through various forms of media and readings, but also in their practices, helping the reader to achieve a greater level of complexity in the process of reading/writing and in the production of meaning. Reflecting on the role of the librarian as an educational agent and on public libraries as multicultural, plural facilities as well as a learning environment, become the basis of this transformation, showing that the public library is not a place of tight inventories, but rather a place of possibilities of transformation.

KEYWORDS: Information Literacy. Information Competence. Reading. Mediation Reading. Public Library.

1 INTRODUCÃO

Vivemos numa época marcada por transformações em todos os domínios. As mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais verificadas na sociedade, usualmente conhecida por *Sociedade da Informação*, nos levam a repensar as políticas educacionais e as práticas pedagógicas implementadas nas bibliotecas públicas brasileiras, visando atrelar essas práticas às novas configurações sociais e às exigências do contexto informacional. Observa-se que a sociedade pós-moderna tem sua configuração social ligada à velocidade, à simultaneidade, ao tempo e ao espaço que exigem um novo perfil do leitor e, consequentemente, a implementação de ações educacionais que envolvam as diferentes etapas do aprendizado.

Essas transformações têm ocorrido principalmente com o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e os seus reflexos nos *habitus* e padrões de leitura e acesso à informação, permitindo legitimamente levantar questões pertinentes ao futuro das bibliotecas e dos seus profissionais. O acesso à informação ultrapassou as leituras tradicionais perpetuadas através de várias gerações, realizadas em tempo real.

Os novos modos de informar com uso das TIC possibilitam a geração da informação digital instantânea. Nesse aspecto, as atuais possibilidades de leitura

surgem no ambiente digital, na *internet*, formatando um cenário de virtualidades e requerendo novos aprendizados. A sociedade da informação exige espaços de aprendizagem cada vez mais abertos, seja na escola, universidade, ou em ambientes informacionais de educação (CAVALCANTE, 2006, p. 60).

Nessa sociedade, o papel educativo do bibliotecário torna-se mais evidente, tendo em vista suas competências específicas para atuar como mediador de leitura. Dessa forma, os profissionais que atuam nos equipamentos informacionais públicos podem implementar ações para o desenvolvimento de habilidades nos usos da informação, contribuindo para a melhoria das capacidades de leitura dos atores sociais.

No Brasil, o problema da leitura pode ser compreendido ao constatar-se que parte da população, mesmo tendo sido alfabetizada, não domina as habilidades de leitura e de escrita que possibilitariam uma participação efetiva e competente nas práticas sociais e profissionais que envolvem a língua escrita. Refletir, portanto, sobre o papel do bibliotecário e da função educativa das bibliotecas públicas na formação do leitor são projetos que envolvem o letramento.

Nessa perspectiva, Campello (2009, p. 71) diz que “programas de letramento informational incluem tanto a leitura de textos de não ficção, os chamados textos informativos, quanto a leitura literária, de textos ficcionais”. Além dos textos impressos, as atividades de mediação de leitura buscam introduzir a realidade virtual na rotina do leitor, despertando o gosto pelo ato de ler, permitindo aos leitores amplo acesso à informação e tratando a leitura no diálogo com as diversas tecnologias existentes.

Assim, a competência em informação localiza-se no cerne do aprendizado ao longo da vida, compondo direito humano básico em um mundo digital, necessário para gerar o desenvolvimento, a prosperidade e a liberdade, criando condições plenas de inclusão social e cultural.

Os bibliotecários, por conseguinte, necessitam estar atentos ao desenvolvimento de suas competências, para que sejam capazes de situarem-se no centro da organização, sendo elementos fundamentais para a transformação

e adequação desses ambientes às novas tendências e expectativas da sociedade (BELLUZZO, 2011, p. 59).

Nessa proposta, os bibliotecários podem transformar os equipamentos em que atuam em ambientes e espaços voltados para a aprendizagem e construção de conhecimentos, cujo processo reconhece a leitura como via de acesso à informação, que fundamenta a construção desses conhecimentos. Desse modo, as ações de mediação de leitura são vistas como processos de inclusão cultural e de emancipação de grupos e indivíduos.

Questões referentes à formação do bibliotecário como mediador de leitura traz à tona as competências necessárias para formar cidadãos leitores. Considerando, portanto, a inclusão da competência em informação como um dos conteúdos importantes para a formação do bibliotecário, este trabalho tem como objetivo mapear os atributos de competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) necessários à atuação do profissional bibliotecário como mediador de leitura em bibliotecas públicas.

2 LEITURA E BIBLIOTECA PÚBLICA

Desde o surgimento da imprensa, a leitura é considerada um importante instrumento na aquisição de informações, as quais, segundo Barreto (2005, p. 116), “se forem significadas pelo sujeito e apropriadas para seus diferentes contextos, constituir-se-ão em conhecimento”.

Assim, o texto é concebido como um processo discursivo e a leitura como um processo de produção de significados, fazendo parte do núcleo da apropriação da informação. Nesse sentido, de acordo com Almeida Júnior (2009, p. 192),

a informação, por ser intangível, precisa de um suporte para ser veiculada e apropriada, e a decodificação desse documento pela leitura permite a apropriação da informação, possibilitando a transformação do conhecimento de quem lê.

Essa apropriação da informação gera conhecimento, cujo processo é denominado pelo autor como mediação da informação. Nessa esfera, o ato de ler

revela-se como propulsor do desenvolvimento humano, resultando num instrumento para a aquisição de novas aprendizagens, construção e fortalecimento de ideias e ações.

Como o significado é produzido pelo leitor, cada indivíduo lê o texto e cada mente o concebe de uma forma diversa. Isso se dá em função de existir um repertório cultural específico em cada sujeito leitor, daí as inúmeras possibilidades de produção de significados. Nesse contexto, Ribeiro (2010, p. 46) aponta que

em vez de resgatar um suposto sentido inerente à obra, o leitor atualiza, de acordo com seu repertório linguístico, semântico e cultural, algumas das inúmeras possibilidades interpretativas do signo literário, dando significado à obra.

Nessa perspectiva, não existe na leitura nenhum critério apriorístico, sendo assim entendida como atividade social e interativa, voltada à construção de sentidos, gerados na interlocução autor-texto-leitor. A partir desses argumentos, a leitura não pode mais ser vista sob uma perspectiva mecanicista. Ribeiro (2010, p. 39) novamente expõe esse agravante, explicando que

proibir que um aluno, no instante em que lê, esqueça tudo o que o constitui enquanto sujeito, consiste em privar-lhe do acesso à leitura. Considerar uma leitura “correta” ou “incorrecta” é defender o ideal do logocentrismo, que pressupõe a origem do significado como algo presente na palavra. Nesse equívoco pode estar uma das causas para alguns dos problemas ligados ao ensino de leitura nas escolas em geral, como a falta de interesse dos alunos e metodologias de ensino de leitura inadequadas.

Ainda que biblioteca pública seja um espaço adequado para o contato dos atores sociais com as práticas leitoras, pesquisas como *Retratos de Leitura no Brasil* (AMORIM, 2008) provam que esse ambiente não tem sido explorado adequadamente para colaborar em sua formação. O baixo índice de leitura no Brasil talvez seja o obstáculo mais comprometedor para a superação das dificuldades e é uma consequência das condições socioeconômicas e educacionais da população do país (ROSA; ODDONE, 2006, p. 183).

Por outro lado, transformar o Brasil em um país de leitores não é tarefa simples,

sobretudo no contexto da sociedade da informação, no qual novos suportes informacionais direcionam as políticas não apenas para as práticas leitoras e para a alfabetização cidadã, mas principalmente para o domínio das novas tecnologias, muitas vezes distantes da formação do cidadão leitor e apenas instrumentalizadoras de habilidades primárias que tem como objetivo incluir o cidadão nessa sociedade. (ROSA; ODDONE, 2006, p. 185)

De qualquer modo, desde as últimas décadas há expectativa crescente de que a biblioteca pública extrapole os objetivos básicos de armazenagem, ordenação e referenciação de documentos para consulta e empréstimo, para constituir-se em espaço cultural de formação de leitores, tornando-se uma instituição de valorização da leitura e de suas práticas culturais. Atualmente, entende-se que é cada vez mais evidente que “El eje del movimiento recursivo en el espacio de la biblioteca entre usuario y bibliotecario es la lectura” (ALFARO LÓPEZ, s/d, p. 12).

Cavalcante (2010) salienta que cabe à biblioteca pública a responsabilidade de fornecer à comunidade o acesso à informação e à leitura, de modo democrático e com qualidade. A inserção do sujeito numa sociedade leitora depende de políticas e de dispositivos socioculturais, não ocorrendo espontaneamente. Apostar em políticas, estratégias e articulações que envolvam governos, setores público e privado e sociedade civil são consideradas estratégias eficazes para uma consolidação no desempenho de formar leitores.

Retrospectivamente, é importante mencionar que os programas de leitura no Brasil iniciam-se em 1937 com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL). Em 1961 surge o Serviço Nacional de Bibliotecas (SNB), com o objetivo de criar, organizar e estruturar bibliotecas públicas em todo o país.

O Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo é criado em 1984, tendo à frente Luis A. Milanesi, propondo trabalhos essencialmente na área cultural. No ano de 1987 o INL e a Biblioteca Nacional passam a integrar a Fundação Pró-Leitura. Entretanto, sua vigência é curta, em 1990, no governo Collor, suas atribuições e acervo são transferidos para a Biblioteca Nacional.

Caldas e Tálamo (2005) observam que a preocupação da política dos programas de incentivo à leitura relacionada à biblioteca pública, durante a história nacional, se concentrou no controle de todo o material escrito, entendendo que faz parte da veiculação de uma ideologia.

Em todo caso, em 1992 é criado o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) e o Programa Nacional de Incentivo a Leitura (PROLER). Nessa mesma década, começa a ganhar força a ideia de que a biblioteca tem um papel a cumprir em relação às práticas de leitura na sociedade, de modo mais atuante e presente.

Desse modo, em meados da década de 1990, a UNESCO, em cooperação com a Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e de Bibliotecas (IFLA), aprova o manifesto para a biblioteca pública, entendendo-se que as missões-chave dessa instituição relacionam-se com a informação, a alfabetização, a educação e a cultura, conforme elencado a seguir:

- 1) Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;
- 2) Apoiar a educação individual e a auto-formação, assim como a educação formal a todos os níveis;
- 3) Assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa;
- 4) Estimular a imaginação e criatividade das crianças e dos jovens;
- 5) Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
- 6) Possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural das artes do espetáculo;
- 7) Fomentar o diálogo inter-cultural e a diversidade cultural;
- 8) Apoiar a tradição oral;
- 9) Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local;
- 10) Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse;

- 11) Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática;
- 12) Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários (IFLA: UNESCO, 1994).

Vinculada ou não às necessidades dos leitores, o atendimento a essas demandas pelas bibliotecas públicas ainda é delicado.

De qualquer maneira, em 2006 é lançado o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), que se foca na transformação do Brasil em um país de leitores. O PNLL possui quatro eixos estratégicos, vinte linhas de ação e um calendário anual de eventos. Suas diretrizes, além de voltadas à leitura, ao livro e à biblioteca, definem estratégias quanto à formação de mediadores. O destaque dado pelo Plano à leitura associa-se estreitamente “à questão geral da competência em informação (*information literacy*) e do aprendizado ao longo da vida, [...].” (BRASIL, 2010, p. 31).

Assim, a leitura e a escrita são, na contemporaneidade, ferramentas decisivas para que os atores sociais possam desenvolver de maneira plena seu potencial humano.

3 A FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO COMO MEDIADOR DE LEITURA

São diversas as variáveis e condicionantes que dificultam o acesso dos leitores às bibliotecas e a outros equipamentos culturais. Entre estas, pode-se elencar a ausência de recursos, a inexistência desses equipamentos próximos aos locais onde vivem e o desconhecimento do papel que a cultura pode representar na melhoria de qualidade de vida da população (CAVALCANTE, 2010).

Próximo a esses fatores, Becker e Grosch (2008, p. 42) nos chamam a atenção para o exercício da profissão do bibliotecário, que

está, ainda, muito regrada por conceitos de organização e administração de centros de informação, pouco expondo sua função educativa no sentido de auxiliar a comunidade de usuários na utilização correta das fontes de informação, de incentivar o

estudante ou pesquisador a ler e frequentar a biblioteca e, principalmente, de desenvolver o gosto pela leitura.

Essa realidade apresentada ainda pode estar associada ao enfoque dado pelas escolas na formação técnica dos estudantes. Com intensidade, vários cursos de Biblioteconomia no Brasil preocupam-se principalmente com o processamento da informação e raramente com a sua disseminação e com a formação de leitores. Tal aspecto é salientado por Martins (2001, p. 336), quando lembra que entre as disciplinas de cultura geral e as aquelas propriamente técnicas,

é preciso introduzir um sincero e real equilíbrio entre essas duas solicitações e fazer dos estudos biblioteconômicos não apenas a fonte de conhecimentos especializados de catalogação e classificação, mas também a origem de largos conhecimentos humanísticos que se costumam designar pelo nome de “cultura geral”.

Apostar na formação com ênfase também nas questões que se relacionam com a cultura geral é fundamental para o equilíbrio das propostas curriculares, diante do processo de formação do bibliotecário como mediador de leitura.

Nesse aspecto, Martins (2001) infere que quando se atribui ao bibliotecário a missão de estimular o interesse pela leitura, de contribuir para o desenvolvimento intelectual de cada um em benefício de todos, só pode ser desempenhada por profissionais que tenham recebido larga formação cultural, o que ultrapassa, em muito, a formação essencialmente técnica.

Em se tratando da biblioteca pública como equipamento cultural, é conveniente, ainda, mencionar outro importante fator, de acordo com Becker e Grosch (2008, p. 43), sobre o papel do bibliotecário:

o histórico das bibliotecas públicas contribui para alguns desses procedimentos, já que o bibliotecário teve em alguns períodos da história das bibliotecas no Brasil, o fim de sua autoridade e a descontinuidade de seus trabalhos.

Outro aspecto pertinente na conduta do bibliotecário diz respeito às suas habilidades que, na maioria das vezes, ainda se encontram centradas no documento e não no acesso propriamente dito. Essa situação pode se agravar pela diversidade de formas digitais com as quais esses profissionais precisam estar interagindo cotidianamente, como por exemplo, as imagens e os arquivos hipertextuais.

Na ótica da cultura informacional, as bibliotecas públicas devem destacar-se como espaços de conquista do direito à informação, à leitura e à cidadania – elementos cada vez mais indispensáveis na sociedade, diante das exigências do mundo contemporâneo (CAVALCANTE, 2010).

Ainda que os obstáculos sejam vários, Belluzzo (2008, p. 12) proclama que “a biblioteca sem a educação, ou seja, sem a tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura e a pesquisa será, por seu lado, um instrumento vago e incerto.”

Abarcando essa proposta, as bibliotecas públicas podem transformar-se em agências mediadoras, pois, segundo Bortolin (2010, p. 115),

[...] o bibliotecário não pode se esquivar da mediação da leitura, visto

que o ato de ler precede o ato de se informar, descobrir e investigar.

Portanto, a tarefa de mediar leitura é tão fundamental quanto disponibilizar documentos (impressos e eletrônicos) aos leitores de uma biblioteca.

Nessa era digital, os formatos impressos estão sendo cada vez mais substituídos por textos virtuais. A realidade do mundo físico caminha lado a lado com o universo virtual, derivado do desenvolvimento crescente das novas tecnologias, que introduzem múltiplas possibilidades nas práticas de leitura, fornecendo um cenário complexo de diferentes linguagens.

Dante dessa dimensão, torna-se necessário ao bibliotecário que atua em bibliotecas públicas, incorporar ao seu cotidiano competências que possibilitem uma nova visão do conhecimento, oportunizando mudanças para melhor entender e situar-se como profissional da informação, cuja finalidade é a formação de cidadãos leitores competentes e incluídos na sociedade.

4 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

O termo *information literacy*, cunhado pelo bibliotecário norte-americano Paul Zurkowski, aparece na literatura em 1974 através de um relatório que descreve produtos e serviços por instituições privadas e suas relações com as bibliotecas (DUDZIAK, 2003). Já nesse período, Zurkowski previa um cenário de mudanças, sugerindo que se iniciasse um movimento em direção à *information literacy*. Desde essa época, o bibliotecário nos EUA é visto como um profissional da informação. Entretanto, esse perfil está associado ao profissional que não apenas executa trabalhos técnicos e administrativos, ou seja, está relacionado àquele que promove a disseminação e a mediação da informação (BECKER; GROSH, 2008, p. 37).

No cenário brasileiro, os estudos sobre competência em informação, relacionados à Biblioteconomia e à Ciência da Informação, repercutiram a partir dos estudos de Caregnato (2000), Belluzzo (2001), Hatschbach (2002), Campello (2003) e Dudziak (2003), que apresentaram em suas pesquisas questões sobre os conceitos da competência em informação e sua aplicabilidade como função pedagógica na educação dos usuários.

Como não existe uma tradução exata e definição oficial para a terminologia *information literacy* em língua portuguesa, diferentes terminologias vêm sendo utilizadas no contexto nacional para designar essa competência, sendo encontradas na literatura especializada várias denominações, como: competência informacional, letramento informacional, alfabetização em informação, alfabetização informacional e competência em informação. No entanto, optou-se pelo emprego do termo competência em informação por estar em consonância com as ideias de Belluzzo (2012), quando discursa que:

o termo Competência Informacional, por exemplo, é um neologismo, além de ser também uma adjetivação e remete, originalmente, à tecnologia de informação (TI). O bibliotecário tem como objeto a informação, embora possa trabalhar com apoio da tecnologia, por isto deve-se considerar o uso de Competência em Informação como o mais recomendado. Os termos Alfabetização Informacional e Letramento Informacional, além de serem também neologismos e adjetivações, ainda têm provocado ruídos em relação aos

professores e educadores que não aceitam que o bibliotecário possa ser um alfabetizador, por considerar que essa é uma prerrogativa da área de educação.

Diante disso, muitos são os enfoques que abordam a competência em informação, porém, atualmente, acompanha-se a concepção de competência em informação voltada ao aprendizado ao longo da vida, sendo definida por Dudziak (2003, p. 28)

como o processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessário à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua distância, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida.

Os componentes que sustentam o conceito de competência em informação são: o processo investigativo; o aprendizado ativo; o aprendizado independente; o pensamento crítico; o aprender a aprender e o aprendizado ao longo da vida.

Dessa maneira, entende-se que a competência em informação deva ser compreendida como uma das áreas que requer um aprendizado. Constitui-se em processo contínuo de interação e internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades específicas como referenciais à compreensão da informação e de sua abrangência, em busca da fluência e das capacidades necessárias à geração do conhecimento novo e sua aplicabilidade ao cotidiano das pessoas e das comunidades ao longo da vida (BELLUZZO, 2007).

Refletir o papel do bibliotecário como agente educacional e a biblioteca pública enquanto equipamento multicultural, pluralista e aprendente torna-se a base dessa transformação, voltada para a competência em informação na mediação de leitura.

4.1 Perfis de competência do bibliotecário mediador de leitura

Como mediadores de leitura, os bibliotecários devem buscar o aprendizado contínuo e a melhoria de suas qualificações e competências, envolvendo-se e colaborando com a crescente demanda evidenciada nos

diversos segmentos da sociedade, a exemplo da escola e da biblioteca pública. Para Dudziak (2003, p.31), os bibliotecários tratam-se de

profissionais flexíveis, multicapacitados, capazes de aprender ao longo da vida. Informação, conhecimento e habilidade de lidar com grandes massas de informações, assim como demandas pessoais e profissionais, transformaram-se nos maiores determinantes dos avanços sociais e econômicos.

Dada essa extensão, o papel do bibliotecário está embutido na função de agente socializador da informação, contribuindo no processo de aprendizagem dos indivíduos através das mais diversas formas de leitura, como também em suas práticas, ajudando o leitor a atingir um nível maior de complexidade no processo de ler/escrever e de produzir sentidos.

A ação cultural se reflete para o bibliotecário como estímulo para a aquisição de competências, saberes, fazeres e compartilhamento de experiências que potencializam suas capacidades de atuação como mediador da leitura. A seguir, elencam-se alguns tópicos que giram em torno das competências, habilidades e atitudes do mediador da leitura:

• Ser leitor ativo

Somente um leitor efetivo, entusiasmado e convicto pode assumir o desafio de formar outros leitores emancipados, críticos e sensíveis, envolvendo toda a comunidade e contribuindo para mudar a realidade. Mas é interessante também observar com Barros (2006, p. 123), que

o gosto pelo livro e pela leitura não vem com a profissionalização, nem se encerra nela: se estende nela; se irradia nela; se locupleta nela. Neste aspecto, o bibliotecário que não lê se castra consciente ou inconscientemente. Não avança e não promove conhecimento.

Como profissional da informação, o bibliotecário precisa estar atento à sua constante atualização. Atuando como leitor efetivo e afetivo, pode também gerar encontros e comunicações entre o acesso aos bens e serviços culturais diversos e o público, pois a leitura implica troca, dádiva e partilha entre os sujeitos: bibliotecários, autores, leitores e comunidade.

• Conhecer as teorias da leitura

O ato de ler implica dimensões ao mesmo tempo simples e complexas. Portanto, é importante que o bibliotecário, mediador da leitura, seja um pesquisador ávido por descobertas para o enriquecimento constante de sua formação. O papel do leitor tem sido constantemente redefinido e isso é continuamente acompanhado pelos estudiosos dessa temática, gerando teorias da leitura fundamentais, que inspiram as práticas implementadas pelos mediadores em suas ações.

A leitura, nesse sentido, é instrumento fundamental para a cultura, assim como as teorias que a constroem. Nesse propósito, acompanhou-se Marques Neto (2009, p. 67-68) na recomendação da Declaração do Seminário Nacional – Formação de Mediadores de Leitura, organizado pelo PNLL em março de 2009. Infere o autor:

nos paradigmas de formação de mediadores de leitura fique explicitamente assentado e proporcionalmente garantido um tempo para que os indivíduos, além de estudar estratégias metodológicas de leitura, possam ‘ler de verdade’ e ter a oportunidade de associar as suas leituras a outros processos culturais.

O universo dinâmico da mediação da leitura, portanto, requer leituras prévias por parte do mediador. Isso deve ocorrer de modo corriqueiro, suscitando descobertas, outros textos, ações criativas e criadoras e, especialmente, o pensamento crítico.

• Valorizar as narrativas orais (Mediação Oral da Literatura)

Bortolin (2010, p. 205) define Mediação Oral da Literatura (MOL) como “toda intervenção espontânea ou planejada de um mediador de leitura visando a aproximar o leitor-ouvinte de textos literários seja por meio da voz viva ou da voz mediatizada”.

As mediações orais em biblioteca pública podem contribuir para a ampliação do espaço de discussão de textos e ideias, tornando-a instituição dinâmica, ativa e pulsante. Bortolin (2010, p. 204) destaca também que “as

narrativas orais, quando realizadas de maneira envolvente, provocam forte efeito nos ouvintes". Pode-se, portanto, explorar as várias temáticas que envolvem a mediação oral, como: nova oralidade, narrativas orais de histórias, leitor-narrador, leitor-ouvinte, estética da recepção, leitura literária, mediação e mediadores, oralisfera etc.

Outro ponto importante é que as narrativas aproximam grupos diversos como crianças, jovens e idosos, permitindo trocas entre passado e presente, experiências e expectativas, fomentando o gosto pela expressão e descoberta do outro.

• Viabilizar o acesso à informação em seus diferentes suportes

No contexto atual, a leitura deve ser tratada no diálogo com as diversas tecnologias, incluindo o livro e a internet. O mediador da leitura, portanto, deve se familiarizar com as diferentes possibilidades de interlocução entre os suportes, a informação neles veiculadas e a ação do leitor em termos de apropriação e recriação. De acordo com Nóbrega (2002, p. 129), "[...] a materialidade dos suportes de leitura/informação/conhecimento está imbricada com os modos de ler, com os gestos de leitura".

Dessa forma, além do acesso, é importante a dinamização do acervo, de modo a propiciar o diálogo entre suportes, linguagens e sujeito-leitor.

• Desenvolver a Advocacy em biblioteca pública

Refere-se aos aspectos da importância da introdução das bibliotecas nas agendas governamentais e nos órgãos de decisão em diferentes níveis. A advocacy pode ser vista como um processo político, visando influenciar as políticas públicas e as decisões de alocação de recursos dentro de sistemas políticos. Nesse caso, especialmente para dar maior visibilidade ao papel que as bibliotecas desempenham na sociedade.

Desse modo, a representação das bibliotecas se faz necessária nos planos dos governos local, regional e nacional. As bibliotecas devem estar incluídas no planejamento, orçamento e nas decisões político-institucionais. Cabe aos bibliotecários, portanto, a ação política de intervenção junto a esses gestores, de

modo a relacionar continuamente o desenvolvimento da população ao acesso à informação e aos bens culturais, garantindo que recursos sejam disponibilizados para a ampla valorização destes.

Ainda sobre esse aspecto,

um excelente caminho para a introdução da biblioteca na agenda pode ser o de enfatizar o papel que a mesma pode ter para uma avaliação institucional positiva. Um outro elemento importante para esta introdução na nossa sociedade é o próprio bibliotecário. Mas, uma coisa é certa: quanto maior for o nível profissional do bibliotecário, melhor pode ser o seu trabalho representativo. Também é importante criar imagens positivas nos corações dos políticos e administradores para que eles possam aportar e destinar recursos públicos para as bibliotecas (LUX, 2007, p. 19).

Nesse sentido, envolver concretamente as bibliotecas públicas nas ações políticas, sociais e culturais de cada município certamente contribuirá para a valorização desses espaços e de suas manifestações em termos de interlocução entre seus atores sociais para além da governança local.

- **Conhecer as políticas públicas para o livro e a leitura**

Nos últimos anos intensificaram-se as discussões sobre o enfoque assumido pelo poder público no tocante às políticas públicas de leitura e acesso à informação (CAVALCANTE, 2010). Conhecer essas políticas faz-se importante para obtenção de recursos para variados fins, como ampliação do acervo, projetos culturais e capacitações.

- **Estar atento às multiplicidades culturais**

As multiplicidades culturais referem-se à variância de contextos sociais nos quais cada leitor está inserido. Nesse âmbito, pode-se focar em práticas cujos objetivos estabelecidos envolvem a expressão da multiplicidade de visões de mundo, que se reporta a amplos contextos, sem preconceitos e elitização.

• Estabelecer relações afetivas com o leitor

Silva e Landengue (2010, p. 95) acreditam que “a emoção e a afetividade são aspectos fundamentais do processo de significação da leitura e de formação do leitor.” Desenvolver, portanto, relações afetivas com o leitor é estabelecer relações positivas com a leitura, com intenção de fazer o leitor descobrir o ato de ler como atividade de prazer e lazer.

• Trabalhar em equipe

A competência converge cada vez mais para as ações colaborativas. Nesse sentido, o trabalho em equipe nas bibliotecas públicas deve envolver diferentes profissionais, permitindo o amplo desenvolvimento de ações que visem ao atendimento com qualidade do público leitor, intervindo de forma competente e dinâmica.

Para Becker e Grosch (2008, p. 43), “é necessária a realização de ações conjuntas entre os bibliotecários, criando e reivindicando propostas para a formação de leitores [...].” Assim, o mediador competente valoriza o papel da comunicação pelo diálogo, o aprendizado da convivência e a construção de processos sociais de promoção da cultura com solidariedade.

• Estabelecer parcerias

Ser competente no âmbito social envolve o estabelecimento de parcerias. A associação com talentos múltiplos, grupos de teatro e animadores culturais pode ampliar a convergência de papéis entre diferentes profissionais. Nesse contexto, o teatro, por exemplo, pode ser uma ferramenta forte de ação cultural nas bibliotecas, pois faz o indivíduo refletir sobre a sua realidade.

Outras parcerias importantes podem ser estimuladas na comunidade com associações de moradores, grupos de jovens, igrejas, escolas etc., de modo a criar condições para a implementação de projetos sociais e culturais que promovam valores, atitudes e estimulem o enriquecimento coletivo.

• Ter competências aplicadas às TIC

Nesse contexto, as competências estão ligadas ao aprendizado sobre questões de cunho tecnológico. Abarcam o aprendizado de habilidades de operação e comunicação por meio de computadores, a compreensão do funcionamento de equipamentos (hardware), seus programas (softwares) e suas aplicações, e, ainda, a produção, organização, disseminação e acesso às informações de forma automatizada, com vistas a resolver problemas por meio do uso da tecnologia. As habilidades tecnológicas assumem cinco áreas, a saber:

- a) **Média Literacy**: habilidades para decodificar, analisar, avaliar e produzir informação em vários meios: impresso, áudio, filmes/vídeo, Internet, etc.;
- b) **Digital Literacy**: habilidades para usar os sistemas digitais com ênfase na forma de como a informação é apresentada. Por exemplo, qual a diferença entre uma informação recebida via e-mail e outra recebida via página web?;
- c) **Network Literacy**: habilidades para trabalhar em um ambiente de rede, tal como *World Wide Web*:
 - uso dos recursos e serviços da rede global de informação;
 - entendimento do sistema que gera, gerencia e disponibiliza a informação;
 - habilidade para manipular informações encontradas na rede, combinando-as com outros recursos e incrementando-as.
- d) **Visual Literacy**: habilidades para entender o significado e os componentes da imagem, como veículo de informação;
- e) **Computer Literacy**: habilidade no uso do computador e seus softwares para a realização de tarefas. Pode-se perceber a evolução da *information literacy*, pois as cinco áreas afins referem-se à importância da competência informacional, sendo que a mesma permite analisar e avaliar a informação encontrada, incluindo as habilidades tecnológicas para a compreensão e avaliação das informações (LISTON e SANTOS, 2008, p. 291).

• Conhecer e utilizar as ferramentas da Web 2.0

A segunda versão da internet, a Web 2.0, reconfigurou a internet estática, impulsionando a comunicação por causa, inclusive, de seus princípios colaborativos e participativos nas mais diversas atividades humanas.

As Redes Sociais (Facebook, Orkut, Twitter, Fotolog, Blog etc.) possuem forte mecanismo para a disseminação da informação: divulgação e fotos de eventos, sugestões de autores, concursos e promoção de discussões, entre outros.

O impacto da internet, ou melhor, das inúmeras possibilidades de recursos disponibilizados pela Web social, pode ser bastante significativo nas bibliotecas públicas para a democratização do acesso às novas tecnologias, inclusão digital e disseminação virtual da informação.

• **Buscar a educação continuada**

A formação do bibliotecário como mediador implica no desenvolvimento de ações e uso da criatividade, conduta pautada pela ética, reflexão crítica sobre o real e a busca pelo aprimoramento constante.

Nesse caminho, vale a proposição do aprendizado ao longo da vida que dá ao sujeito a oportunidade de compreender que é necessário aprender sempre. A educação é, portanto, veículo de crescimento constante, auxiliando, inclusive, a desenvolver a base teórica para a implementação das práticas pedagógicas de mediação da leitura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fomento à leitura, à formação de leitores e à formação de mediadores de leitura é um caminho longo a ser percorrido, tanto pelas instituições públicas quanto pelos profissionais da informação. Entretanto, esse percurso pode seguir rumos inesperados e satisfatórios quando os profissionais de bibliotecas públicas assumirem sua efetiva participação como mediadores de leitura integrados ao processo de transformação social.

As práticas leitoras e informacionais de apropriação do conhecimento das várias comunidades atendidas pelos equipamentos informacionais podem modificar e produzir outros sentidos que resultaram em outros textos, num processo de releituras, numa polifonia de vozes e reflexos (NÓBREGA, 2009).

Outro fator importante a se destacar é a formação-em-serviço do bibliotecário como mediador, que se constitui em um processo educativo contínuo com o objetivo de integrar pessoas ao ambiente de trabalho para garantir o seu bem-estar e a qualidade dos serviços prestados.

Em suma, a formação dos mediadores de leitura consiste no desenvolvimento contínuo de construção e experimentação de conhecimentos, conteúdos, procedimentos e habilidades em torno da sensibilização e pedagogia da leitura, dinamização do acervo literário, consciência e expressão corporal, literatura e contação de histórias, saberes comunitários, produção textual e criação literária, registro e difusão de contos populares, criação de clubes de leitura, cultura, ação cultural, inclusão social e cidadania cultural (SANTOS, 2009, p. 42).

Assim, o cotidiano da biblioteca pública vai provando que a ideia de lugar de estoques estanques não se sobrepõe à ideia de espaço de possibilidades de transformação.

REFERÊNCIAS

ALFARO LÓPEZ, Héctor G. *Los bibliotecarios y la formación de lectores*, s/d.

Disponível em: <<http://tecnicodgb.files.wordpress.com/.../a-los-bibliotecarios-y-la-formacion-de-lectores.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2011.

ALMEIDA JUNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens.

Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

AMORIM, G. *Retratos de Leitura no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-Livro, 2008.

BARRETO, A. M. Informação e conhecimento na era digital. *Transinformação*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 111-122, maio/ago., 2005.

BARROS, M. H. T C. de. O bibliotecário e o ato de ler. In: BARROS, M. H. T C. de.; BORTOLIN, Sueli; SILVA, Rovilson J. da S. *Leitura: mediação e mediador*. São Paulo: Ed. FA, 2006.

- BECKER, Caroline da R. F., GROSCH, Maria S. A formação do leitor através das bibliotecas: o letramento e a ciência da informação como pressupostos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, Nova Série, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 35-45, jan./jun. 2008.
- BORTOLIN, S. *Mediação oral literária: a voz dos bibliotecários lendo ou narrando*. 2010. 232 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília.
- BELLUZZO, R. C. B. As competências do profissional da informação nas organizações contemporâneas. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, Nova Série, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 58-73, jan./jun. 2011.
- BELLUZZO, R. C. B. Como desenvolver a Competência em Informação (CI): uma mediação integrada entre a biblioteca e a escola. *CRB-8 Digital*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 11-14, out. 2008.
- BELLUZZO, R. C. B. *Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação*. 2 ed. Bauru: Cá entre nós, 2007.
- BELLUZZO, R. C. B. *Artigo [mensagem pessoal]*. Mensagem recebida por <alessandroraesteli@yahoo.com.br> em 28 out. 2012.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Ministério da Educação. Plano Nacional do Livro e da Leitura. PNLL. Disponível em: <<http://www.pnll.gov.br/>>. Acesso em: 23 out. 2011.
- CALDAS, Elaine F., TÁLAMO, Maria de F. G. M. *Biblioteca Pública no Brasil: políticas de incentivo à leitura*, s/d. Disponível em: <www.pnll.gov.br/>. Acesso em: 03 set. 2011.
- CAMPELLO, Bernadete S. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003.
- CAMPELLO, Bernadete S. *Letramento informacional: função educativa do bibliotecário na escola*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CAREGNATO, S. E. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. *Revista de Biblioteconomia & Comunicação*, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, 2000.

CAVALCANTE, Lídia Eugenia. Políticas de formação para a competência informacional: o papel das universidades. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. Nova Série, São Paulo, v. 2, p. 47-62, 2006.

CAVALCANTE, L. E. Cultura informacional e gestão de bibliotecas públicas municipais: competências e usos da informação. In: *XI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://congresso.ibict.br/index.php/xi/enancibXI/paper/viewFile/128/252>> Acesso em: 03 set. 2011.

DUDZIAK, Elisabeth A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003.

HATSCHBACH, Maria Helena de Lima. *Information Literacy: aspectos conceituais e iniciativas em ambiente digital para o estudante de nível superior*. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - UFRJ/ECO-MCT/IBICT, Rio de Janeiro.

LISTON, Rose C. F. S.; SANTOS, Plácida L. V. da C. Representando a *Information Literacy “Competências Informacionais” na Biblioteconomia*. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 287-300, jul./dez. 2008.

LUX, Claudia. Bibliotecas na agenda: uma questão importante para a sociedade contemporânea. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, Nova Série, São Paulo, v. 3, n. 2, p.14-33, jul./dez. 2007.

MARQUES NETO, J. C. Políticas públicas de leitura e formação de mediadores. In: SANTOS, Fabiano dos; MARQUES NETO, J. C.; ROSING, Tania M. K. *Mediação de leitura: discussões e alternativas para a formação de leitores*. São Paulo: Global, 2009.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3 ed. São Paulo: Ática, 2001.

NÓBREGA, Nanci Gonçalves. De livros e bibliotecas como memória do mundo: dinamização de acervos. In: YUNES, Eliana (Org.). *Pensar a leitura: complexidade*. Rio de Janeiro: Ed PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

NÓBREGA, N. G. No espelho, o Trickster. In: SANTOS, Fabiano dos; MARQUES NETO, J. C.; ROSING, Tania M. K. *Mediação de leitura: discussões e alternativas para a formação de leitores*. São Paulo: Global, 2009.

- RIBEIRO, Emilio S. *Leitura como processo semiótico*. Leitura em revista. Cátedra UNESCO de Leitura Puc-Rio, n. 1, out., 2010.
- ROSA, Flávia G. M. G., ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 3, p. 183-193, set./dez. 2006.
- SANTOS, Fabiano dos; MARQUES NETO, J. C.; ROSING, Tania M. K. *Mediação de leitura: discussões e alternativas para a formação de leitores*. São Paulo: Global, 2009.
- SILVA, Keina M. Guedes da.; LENDENGUE, Maria do L. de C. Bibliotecário na formação de leitores em potencial. *Biblionline*, João Pessoa, n. esp., p. 92-98, 2010.
- UNESCO. Manifesto sobre Bibliotecas Públicas (1994). Disponível em <<http://archive.ifla.org/VIIIs8/unesco/port.htm>>. Acesso em 05 de novembro de 2011.

